

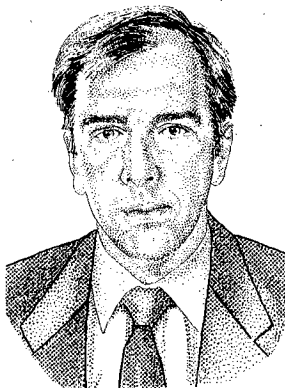
Ajuste da dívida dos estados depende de decisão do Senado

Governadores reclamam de juros e prazos fixados no programa

por Alexandre Pinheiro
de Brasília

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, afirmou ontem que nenhum empréstimo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados será liberado enquanto o Senado Federal não definir se mantém ou não os atuais 11% de comprometimento das suas receitas líquidas com o pagamento de dívidas.

Esse ponto foi questionado ontem em duas reuniões promovidas para discutir as dificuldades financeiras dos estados — uma em Brasília e outra em João Pessoa (PB) —, que contaram com a presença de onze governadores e dois vices das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Os governadores nordestinos pediram uma “adequação dos encargos da dívida à real capacidade de pagamento de cada estado”. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), responsável por um parecer sobre a redução do comprometimento das receitas, acha o programa federal insuficiente e quer a sua revisão.



Pedro Parente

Bezerra participou da reunião em Brasília e já elaborou um parecer reduzindo de 11 para 7% o limite das receitas estaduais que devem ser usadas para pagar dívidas. O senador havia dito que encaminharia o parecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) hoje, mas resolveu adiar após ter confirmado uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso para sexta-feira.

“Se houver uma redução (desse percentual), toda a engenharia financeira se altera e isso vai obrigar a uma revisão

do programa”, avaliou o secretário executivo da Fazenda. Segundo Bezerra, sua equipe se reunirá hoje com os técnicos do Ministério da Fazenda para tentar chegar a um acordo sobre o impasse.

Menos de uma semana após o anúncio de um programa do governo federal para socorrer os estados, os governadores querem marcar uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, se possível esta semana, para reclamar das taxas de juro e os prazos dos empréstimos previstos no programa.

Na reunião de João Pessoa, os governadores da Paraíba, Bahia, Alagoas, Ceará, Maranhão e Sergipe e os vices do Piauí e do Rio Grande do Norte assinaram um documento com 10 pontos para resolver o problema das finanças dos estados a curto e médio prazos. Entre esses pontos, eles sugerem a flexibilização das exigências para a contratação de empréstimos e a fusão dos bancos estaduais da região.

Os governadores nordestinos criticaram os prazos e as taxas de juro do programa de socorro criado pelo governo

federal na semana passada, conforme relato do governador da Paraíba, José Maranhão. A Caixa Econômica Federal cobrará por esses empréstimos, de até 36 meses, a média de seus custos de captação mais 0,5% ao mês. Na reunião de Brasília, os governadores do Distrito Federal, Tocantins, Rondônia, Goiás e Mato Grosso consideraram “pouco” o socorro federal, segundo um dos participantes.

O governador da Bahia, Paulo Souto, afirmou que a redução do comprometimento dos estados com o pagamento das dívidas com a União é essencial. “Não é possível continuar destinando somente para esse fim de 15 a 20% dos orçamentos”, afirmou Souto à repórter Gorette Brandão.

O senador Carlos Bezerra afirma que o programa federal não resolve o problema dos estados em situação mais grave. Como o montante dos novos empréstimos está vinculado a um comprometimento de 4% das receitas com o seu pagamento, Bezerra calcula que muitos estados não receberão dinheiro suficiente para equilibrar as contas.